

## **A evolução das relações entre o Brasil e a África do Sul - de 1918 a 2000**

Pio Penna Filho

Profº da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

As relações entre Brasil e África do Sul, estabelecidas no nível político somente em 1947/48, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática Sul-Africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória, foram marcadas ao longo dos últimos 45 anos pela existência de um projeto social que definitivamente excluía as possibilidades de maior aproximação entre os dois povos.

O *apartheid*, política oficial de segregação racial, ou de “desenvolvimento em separado”, conforme pregavam seus formuladores, era exatamente o contraponto à sociedade brasileira, que sustentava discurso oficial de democracia racial, convívio harmônico entre as raças e que considerava o fato do país ser uma nação de mestiços. Desta forma, seria realmente um paradoxo se as relações entre dois países tão diferentes, sem vínculos históricos e culturais e com um intercâmbio comercial relativamente reduzido, prosperasse com vigor.

Outros fatores certamente influenciaram decisivamente no cálculo dos formuladores e executores de política externa de ambos os países para moldarem seu relacionamento. No lado brasileiro, houve, ainda durante os anos 1950, a gênese de uma política específica voltada para a então União Sul-Africana, mas que acima de tudo centrava-se nos aspectos comerciais, nas possibilidades de auferir vantagens através do comércio com um país aberto a esta perspectiva. Noutro sentido, vale recordar que, naquele período, a maior parte do continente encontrava-se ainda sob o colonialismo europeu.

Para a União Sul-Africana a aproximação com o Brasil centrava-se num cálculo eminentemente político-estratégico, voltado para a inserção internacional daquele país, e não numa perspectiva comercial. A conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial efetivamente indicava a ameaça de isolamento internacional da União Sul-Africana, o que impeliu Pretória a se aproximar de áreas geográficas até então não exploradas e de países que exercessem alguma influência no plano regional e internacional e que eventualmente pudessem prestar-lhe suporte, principalmente na ONU. Tais eram os casos, na América Latina, do Brasil e da Argentina e, em menor grau, do Chile.

A precedência da União Sul-Africana sobre as demais regiões africanas teve algumas implicações de ordem prática para o governo brasileiro. Em primeiro lugar, deu início a relações comerciais que se revelavam com uma série de vantagens para o Brasil, sobretudo em momento histórico decisivo e de necessidade de ampliação do comércio exterior, aspecto fundamental para o processo de industrialização almejado pela nação. Em segundo lugar, ampliava o leque de possibilidades iniciado durante a II Guerra Mundial e marcava uma presença maior na política internacional, principalmente considerando seus aspectos políticos e econômicos, dado que a União Sul-Africana era de longe o mais importante país do continente africano e, especialmente, numa região de peso estratégico no cenário regional e internacional. Em terceiro lugar, ocupava um vazio no campo das relações exteriores do Brasil: algumas áreas do continente africano haviam sido importantíssimas

para o Brasil no século XIX e o país estava virtualmente afastado da África desde praticamente o fim do tráfico negreiro na década de 1850. Assim, embora se possa questionar a escolha do país por sua intransigência quanto à política racial (mesmo que naquela época esta não tenha ainda ganhado a dimensão internacional que veio a adquirir sobretudo após o massacre de Sharpeville, em 1960), inegavelmente o gesto recolocou a África, de algum modo, no campo das relações exteriores do Brasil.

Além do mais é preciso considerar o fato de que Brasil e União Sul-Africana mantinham vínculos consulares de carreira desde 1918, quando o Brasil criou um Consulado de Carreira em Cape Town, muito embora o representante brasileiro só tenha chegado àquela cidade em 1926. Contudo, havia um relacionamento embrionário que remontava ao século XIX, desempenhado basicamente através de contatos comerciais esporádicos, para o que o Brasil contava com Cônsul Honorário na antiga Colônia do Cabo desde a década de 1840.

A evolução da política externa brasileira *vis-à-vis* a África do Sul<sup>1</sup> dependeu de múltiplos fatores para o seu estreitamento ou distanciamento. Quando se analisa essa evolução, alguns elementos destacam-se e passam a estruturar e determinar o nível de aprofundamento ou distanciamento entre os dois países, sobretudo quando contemplados seus interesses comerciais e aqueles relativos à política internacional, que se exerciam nos foros multilaterais mas que inegavelmente refletiam no campo das relações bilaterais.

O agravamento do quadro social sul-africano, com a tensão permanente e crescente oriunda da política de discriminação racial que marginalizava de maneira cruel e anacrônica a maioria de sua população, seguindo critérios estritamente raciais, foi certamente o elemento mais perturbador das relações entre Brasil e África do Sul. Entretanto, outros fatores também colaboraram para criar um clima de frieza nas relações bilaterais. Associado ao fenômeno do *apartheid*, a questão da ocupação ilegal do Sudoeste Africano por parte da África do Sul foi o outro elemento que provocou maior atrito nas relações entre os dois países. Como se verá, o Brasil não aceitou a simples anexação do território pretendida pelo governo de Pretória, batendo-se nas Nações Unidas em posição contrária na tentativa de forçar aquele governo a abandonar o território, restaurando o mandato da antiga Liga das Nações sob os domínios da Organização das Nações Unidas.

Sobre a política de segregação racial adotada oficialmente pelo governo da União Sul-Africana, o Brasil, naturalmente, sustentou desde o início dos debates nas Nações Unidas discurso contrário a tal política. Mas a posição brasileira irá evoluir com o tempo, não significando uma postura estática. Sua evolução se dará de maneira positiva e tenderá a acompanhar o aprofundamento da pressão internacional contra Pretória.

Outro ponto que deve ser acentuado, quando se estuda as relações entre o Brasil e a África do Sul, está relacionado com a evolução do movimento pela descolonização africana, principalmente na vasta região da África Austral que inclui, dentre outras, as ex-principais colônias portuguesas de Angola e Moçambique.

Com efeito, um dos principais entraves para a penetração brasileira na África no pós-Segunda Guerra Mundial foi o apoio que os sucessivos governos nacionais concederam ao

colonialismo europeu, sobretudo durante os anos 1950, mas que se estendeu, no caso de Portugal, até o início dos anos 1970.

Todavia, há que se notar que havia restrições de natureza estrutural que impediam ou dificultavam enormemente a aproximação entre o Brasil e as áreas independentes da África destacando-se, no caso, as restrições de ordem econômica, haja vista que entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil e a maior parte do continente africano possuíam economias basicamente primário-exportadoras, competindo, em boa medida, no comércio internacional.

Do ponto de vista político, em alguns momentos o Brasil aparecia, aos olhos dos jovens países africanos, como um Estado comprometido com a metrópole portuguesa - o que não era um equívoco - e vacilante com relação a Pretória. Este tipo de associação incomodava sobremaneira o Itamaraty e o impulsionou, em determinados momentos, a tomar atitudes mais severas contra a dominação do Sudoeste Africano e contra a *apartheid* em tentativa de obter mais credibilidade junto aos afro-asiáticos. No entanto, as relações com Portugal permaneceram inexplicavelmente ótimas no que dizia respeito ao apoio do Brasil a este país no seio das Nações Unidas. Tanto é assim que, em certas conjunturas, a diplomacia brasileira descarregava sobre a África do Sul críticas mais severas somente para contrabalançar alguma tomada de posição favorável aos portugueses nas Nações Unidas.

O alinhamento a Portugal na questão colonial é tão desconcertante quanto de difícil explicação do ponto de vista da lógica da política ou das relações internacionais. Quase nenhum benefício auferiu o Brasil como conseqüência desse apoio, tornando-se emblemático tal suporte se pensa no interesse nacional e em possíveis ganhos para o Brasil alcançados através dessa ação diplomática. A diplomacia portuguesa obviamente fez o seu papel, comportando-se de forma magistral. O que instiga e intriga os estudiosos da História das Relações Exteriores do Brasil é a absoluta falta de argumentos convincentes para justificar tal comportamento político emanado de uma das instituições consideradas das mais profissionais do serviço público brasileiro: o Itamaraty.

Muito já se especulou acerca dos fatores que levaram ao comprometimento brasileiro com Portugal durante os anos 1950, 1960 e início dos 1970. Uma das teses mais difundidas, contudo, ainda não comprovada, afirma que foi a ação de um poderoso *lobby* português, promovido pela numerosa colônia de portugueses residentes no Brasil (principalmente em São Paulo, Santos e no Rio de Janeiro, mas presente também em outras cidades), que teria influenciado para que o país se alinhasse mais a Portugal. De qualquer forma, o maior *lobby* para Portugal encontrava-se justamente nos mais altos níveis de decisão no próprio Itamaraty e entre a Presidência da República e seu círculo mais próximo, fator talvez motivado pelo caráter notoriamente conservador das elites políticas brasileiras.<sup>2</sup>

Outros argumentos, que nos parecem bem mais plausíveis, são abordados por José Flávio Sombra Saraiva, que elenca três fatores de destaque que ajudam a compreender o apoio brasileiro a Portugal, quais sejam: a) a herança do lusotropicalismo dos anos 1950, b) as percepções geopolíticas e anticomunistas ostentadas principalmente pelos dois primeiros governos militares que assumiram o poder após o Golpe de Estado de 1964, c) o fato de Portugal ser considerado “um instrumento seguro para a constituição de vantagens

econômicas para o Brasil”, na eventualidade da criação da comunidade afro-luso-brasileira.<sup>3</sup> É possível, de qualquer forma, que a soma desses fatores (*lobby*, lusotropicalismo, percepção geopolítica e anticomunista, comunidade luso-afro-brasileira e ausência de uma política africana por parte do Brasil ) tenha informado tal conduta.

Contudo, não se deve desprezar nessa análise o fato de que a conjuntura internacional daquele período, considerando a forma de inserção internacional pela qual optou o Brasil – como aliado do “mundo ocidental” – mostrava-se mais favorável a Portugal do que aos movimentos emancipacionistas. O ambiente a favor da descolonização verificado no âmbito da ONU era contrabalançado pelo apoio implícito empregado a Portugal pelas nações capitalistas de maior destaque e com capacidade de influenciar na política e economia internacionais. França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, seja através da ação ou da omissão, prestavam discreto apoio a Lisboa. O Brasil, por sua vez, compunha com Portugal, principalmente nas Nações Unidas. Mesmo durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, com a Política Externa Independente e a relativa abertura para a discussão pública da política externa brasileira, a postura do Brasil sofreu poucas alterações, o que resultou em apenas um ensaio - bastante modesto - de distanciamento relativamente ao colonialismo português.

O fato é que o Brasil se comprometeu com o colonialismo português e isto teve suas implicações na questão da presença do país na África e na ONU. Ao cruzarmos os dados levantados em vasta pesquisa documental junto ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília <sup>4</sup> , foi possível identificar claramente as conexões existentes entre ambas as questões e que freqüentemente confrontavam a diplomacia brasileira nos foros internacionais e em suas relações bilaterais com a África do Sul, Portugal e demais países africanos.

A construção dos laços especiais que ligavam Brasil a Portugal em tempos mais recentes remontam pelo menos ao ano de 1953, quando os dois países assinaram o Tratado de Amizade e Consulta. No nível diplomático, a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal afirmou ainda mais as ligações entre os dois países. Assinado em 1953, teve em João Neves da Fontoura um dos maiores defensores e entusiastas dos sentimentos de irmandade que ligavam Brasil e Portugal<sup>5</sup> . Apesar de conciso, o Tratado abrangia vários artigos que diziam respeito a questões de mútuo interesse e previa a consulta direta entre os dois países sempre que os assuntos internacionais fossem de interesse comum. Como afirmou o ex-chanceler Negrão de Lima, o “Tratado de Amizade e Consulta estabeleceu apenas princípios gerais, que deveriam nortear o funcionamento da Comunidade Luso-Brasileira, e deixou à imaginação e sabedoria dos Governos dos dois países a obra de implementá-lo com vistas ao progresso, harmonia e prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo”<sup>6</sup> . Na verdade, através de cláusulas secretas a diplomacia portuguesa criou uma armadilha que limitou a atuação externa brasileira no que dizia respeito às áreas coloniais de Portugal em África, afastando o Brasil do continente africano e comprometendo-o com a metrópole portuguesa.

Embora o envio de uma missão comercial à África em 1965 e a viagem do Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, em 1972, a nove países africanos <sup>7</sup> sejam considerados como marcos da implementação da política africana do Brasil, o atrelamento

do Brasil à questão colonial portuguesa perdurou até pelo menos 1974, ano da independência da Guiné Bissau e momento histórico no qual a sorte do colonialismo português em África já estava selada. A Revolução dos Cravos em Portugal, a dura realidade da guerra contra os movimentos emancipacionistas em África, que estava exaurindo os recursos portugueses e, por último, as sucessivas derrotas para o inimigo na guerra pela independência levaram os portugueses a mudanças substanciais em sua política africana. Neste contexto, a posição brasileira forçosamente teria que mudar. Foi, pois, a partir da *débaçle* portuguesa em África, e só a partir daí, que o Brasil realmente formula uma política coerente e consistente para o continente africano como um todo, livre do maior obstáculo até então existente.

Não terá sido mera coincidência o fato de que só após 1974/75 o Brasil tenha iniciado mudanças efetivas com relação à África do Sul. De uma posição tímida e marcada pela tibieza, o governo brasileiro passa a tratar com mais severidade as questões relativas à África do Sul no seio das Nações Unidas e no plano das relações bilaterais. Assim, instituiu-se o primeiro ato do afastamento com relação a Pretória. Se até então o Brasil quase acompanhava automaticamente os Estados Unidos e as principais nações européias nos assuntos relativos à África do Sul e à África como um todo, a partir dessa data o país enceta relações específicas e que tenderão a seguir interesses próprios, sem consultas ou vinculações de subordinação ou alinhamento passivo ao “Ocidente”. Os papéis, com efeito, irão se inverter e criarão uma situação curiosa: Estados Unidos, países da Europa Ocidental e por vezes a União Soviética, passarão a visitar o Itamaraty para consultas e trocas de informações e impressões a respeito da África de língua oficial portuguesa (sobretudo Angola), demonstrando a autonomia que o país vinha adquirindo em seus assuntos internacionais e a conquista de credibilidade junto a alguns dos países africanos.

O *turning point* da política externa brasileira para a África se deu com o quase imediato reconhecimento do primeiro governo da República Popular de Angola, em novembro de 1975. Numa ação rápida, objetiva e calculada, o Brasil foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer o novo governo instalado na capital angolana, o que contribuiu em muito para a mudança da imagem do país perante os africanos, arranhada por causa do legado das relações luso-brasileiras.<sup>8</sup> O episódio do reconhecimento contrariou, inclusive, a maior potência do Ocidente, que tinha uma percepção diferente do caso angolano, sobretudo porque o MPLA recebeu decisivo suporte de Cuba e da ex-União Soviética.

A inflexão da política africana do Brasil implicava também na mudança de atitude com relação a Pretória. Se até 1974/75 o governo brasileiro ainda se preocupava em manter discretos laços com Pretória tendo em mente a manutenção das boas relações comerciais, a partir deste período a tendência será a de abandonar a atitude comercial e a de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível. Implícito na transformação da visão do Brasil sobre o seu relacionamento com a África do Sul, estava o cálculo estratégico de relações comerciais e econômicas mais intensas com outros países africanos, o que implicava em demonstração concreta de que haviam se operado na política externa brasileira mudanças reais, e não somente vagas declarações oficiais de apoio aos povos africanos em sua aspiração de independência, superação do subdesenvolvimento e luta contra a discriminação racial.

Mas outros fatores ligados à conjuntura internacional ajudaram a que houvesse a redefinição da política africana do Brasil. Nesse sentido, a crise do petróleo e a ameaça de boicote ao Brasil por parte dos países produtores, efetivamente contribuíram para a referida inflexão brasileira. Presente no cálculo estratégico estava também a procura por países que, além de produzirem petróleo, pudessem absorver produtos da indústria brasileira em expansão, colaborando para o equilíbrio da economia nacional.

Igualmente não deve ser desprezada a fase interna pela qual passava o país, com um dos governos mais nacionalistas do ciclo militar, o período Geisel. Adotando uma política externa sem alinhamentos automáticos e voltada para o aprofundamento do processo de industrialização e a consolidação da autonomia do país perante o sistema internacional, teve o governo Geisel o mérito de praticar uma política externa sem amarras com os Estados Unidos ou com qualquer outra potência. No caso africano e, mais especificamente, da África do Sul, aquele governo notabilizou-se pela firme decisão de afastar toda possível influência emanada da Europa ou dos Estados Unidos que pudesse interferir no desenvolvimento da decisão brasileira de se aproximar da África negra. Exemplos, nesse sentido, abundam na documentação diplomática brasileira e serão apresentados ao longo do capítulo 6.

A decisão tomada com relação à África do Sul em meados da década de 1970 irá guiar a política externa do Brasil sem substantivas alterações até o final do regime racista branco. Houve, entretanto, com o fim do regime militar brasileiro, manifestações mais contundentes do país perante a África do Sul. Em 1985, consoante a redemocratização do Brasil, a intensificação da pressão internacional sobre a África do Sul e o recrudescimento interno nesse país contra a maioria negra (por exemplo: estado de emergência, decretado em 1985 pelo governo de P. W. Botha) o governo brasileiro patrocinou decreto-lei proibindo todas as atividades de intercâmbio cultural e esportivo com a África do Sul, além de reafirmar a proibição de venda e/ou trânsito de armas em território nacional que se destinassem àquele país. Tal atitude nada mais significou do que o coroamento da decisão anterior de esfriar ao máximo o relacionamento entre os dois países e de respeitar o embargo voluntário de venda de armamentos para a África do Sul, decidido ainda na década de 1960 pelas Nações Unidas e referendado pela decisão do Conselho de Segurança, em 1977, de impor o embargo compulsório de venda e fornecimento de armamentos e similares para a África do Sul. De qualquer maneira, é preciso registrar tal decisão como uma manifestação política demarcatória da fase de isolamento oficial que Brasília estava reafirmando e reforçando contra Pretória.

Certamente pesou muito nessa decisão o fato de que os países membros da Comunidade Européia resolveram mudar a atitude antes complacente com o governo sul-africano instituindo, no âmbito da Comunidade, um pacote de medidas que incluía a restrição ou proibição da importação e exportação de armas, qualquer tipo de colaboração militar e nuclear, a exportação de material que pudesse ser empregado pelas forças armadas ou pela força policial, exportação de petróleo e contatos culturais, científicos e esportivos entre países da Europa membros da Comunidade e a África do Sul (a exceção, no caso da Comunidade Européia, recaiu somente com a não-adesão da Inglaterra que, sob o governo de Margareth Thatcher, se opôs à decisão do Conselho da Comunidade Européia de instituir as sanções). Um ano mais tarde, em 1986, acompanhando o acirramento das tensões

internas na África do Sul, o Conselho da Comunidade Européia decidiu intensificar a pressão contra Pretória, o que resultou em medidas adicionais que redundaram no boicote ao ferro, aço e moedas de ouro (*krugerrands*) provenientes da África do Sul, além da proibição de novos investimentos naquele país.<sup>9</sup>

Assim como a maioria dos países europeus, os Estados Unidos decidiram efetuar mudanças com relação à África do Sul. Em 1986, após longas discussões no Congresso e sob forte pressão da sociedade civil, o governo norte-americano decidiu endurecer com Pretória e também adotar sanções econômicas contra o governo branco sul-africano, o que foi efetivado através da implementação do *Comprehensive Anti-Apartheid Act* (CAAA). Entretanto, faz-se necessário ressaltar que, no caso norte-americano, a pressão partiu da sociedade civil, a qual, atuando em conjunto com parlamentares no Congresso Nacional dos Estados Unidos, forçou o governo a diminuir a ajuda e a aliança tácita até então desenvolvida junto a Pretória. Com efeito, não interessava à administração Reagan, por si só, romper ou esfriar os laços com a África do Sul, dado que havia a compreensão naquela administração que Pretória era muito útil na luta contra o comunismo soviético, sobretudo quando se leva em consideração a retomada da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética na era Reagan, e ainda mais com os cubanos atuando com tanta desenvoltura em solo angolano.

Desta forma, os principais países do mundo capitalista, dentre os quais os que de fato tiveram relevante papel para que os governos que sustentavam a política do *apartheid* na África do Sul permanecessem no poder por tanto tempo, uma vez que na prática foram eles os responsáveis por oxigenar Pretória, que por seu turno havia permanecido por todo o tempo sob intensa pressão nos foros multilaterais, subitamente mudaram de perspectiva e finalmente aderiram às vozes que já há muito tempo advogavam contra o anacronismo e a violência do regime segregacionista da África do Sul. O Brasil, nesse contexto, encontrou respaldo internacional para oficializar uma situação que já vinha sendo sua prática para com a África do Sul, isto é, não foi um dos aderentes de última hora, mas sentiu-se livre e seguro para, a partir da mudança na Europa e nos Estados Unidos, passar a atos de maior impacto, pelo menos junto à opinião pública nacional e internacional.

Após 1985 as relações entre Brasil e África do Sul só serão retomadas num patamar político de mais alto nível com o fim do regime do *apartheid*. Ao ser eliminado o regime segregacionista, principal empecilho para a concretização de relações diplomáticas, econômicas e culturais “normais” entre os dois países, estarão dadas as condições minimamente necessárias para o entendimento e as possibilidades de relacionamento entre Brasil e África do Sul.

No início dos anos 1990 o Brasil, finalmente, irá designar um embaixador para ocupar a chefia na representação brasileira em Pretória além de, ainda no campo diplomático, ter reaberto o consulado brasileiro em Cape Town, gestos que simbolicamente representaram o reconhecimento por parte do Brasil da nova realidade sul-africana. Da mesma forma, na mesma década foi realizada a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à África do Sul, bem como o Brasil recebeu a visita de Nelson Mandela e Thabo Mbeki, os dois primeiros presidentes negros na história da África do Sul.

Outro aspecto a chamar a atenção para as relações entre Brasil e África do Sul na última década diz respeito às mudanças operadas no sistema internacional. Com o fim da guerra fria e da bipolaridade, o mundo entrou numa fase com alterações nos paradigmas das relações internacionais, sejam elas em suas vertentes políticas ou econômicas. Tais mudanças, pouco favoráveis aos interesses econômicos e financeiros dos dois países, propiciam um novo campo de cooperação entre ambos em vários foros multilaterais, onde há confluência de interesses, como por exemplo, nos aspectos relativos ao comércio internacional.

Comumente designado de globalização, o contexto internacional, que vem sendo marcado pela hegemonia dos pressupostos neoliberais, aprofunda a distância que separa as nações em desenvolvimento (alguns autores preferem o termo “mercados emergentes”) das nações desenvolvidas, gerando uma situação de dependência econômico-financeira grave e forçando os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, a buscar formas alternativas de inserção econômica internacional menos prejudiciais. Assim, o fenômeno da formação de blocos regionais vem assumindo cada vez um papel mais importante para os países, seja para aprofundar os laços políticos e culturais de nações que tenham vínculos históricos e para ampliar seus mercados, seja para tentar, em blocos regionais, criar barreiras para conter a agressividade do liberalismo comercial exigido pelos países mais ricos do mundo, no caso dos países em desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos.

Brasil e África do Sul estão participando ativamente de processos de integração regional com grande carga de importância para ambos no contexto internacional presente. Desde 1991, o Brasil participa como país chave do Mercosul, uma União Aduaneira formada por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e que conta, ainda, com a presença da Bolívia e do Chile como membros associados. O Mercosul é o quarto maior bloco em termos de Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. A África do Sul, por sua vez, desde o fim do *apartheid*, participa da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), uma Zona de Livre Comércio formada por 14 países da região<sup>10</sup> e que tem, justamente na África do Sul, o país economicamente mais importante.

Existem ensaios de aproximação entre os dois blocos regionais, porém, dado as dificuldades intrínsecas ao processo de integração regional, que envolvem diferentes interesses, e também devido ao fato de que ambos os processos mal conseguiram consolidar-se em suas respectivas áreas, a aproximação entre o Mercosul e a SADC indica para resultados concretos somente no longo prazo. De qualquer forma, a importância econômica da África do Sul já despertou o interesse entre os membros do Mercosul, que convidaram o ex-presidente Nelson Mandela para participar de uma Conferência de Cúpula realizada em Buenos Aires. Da mesma forma, a idéia da criação de um grande bloco regional envolvendo países dos dois lados do Atlântico Sul foi aventada recentemente por autores sul-africanos, os quais defendem maior cooperação entre as duas regiões, tendo em vista futuro esquema de integração econômica, que poderá se concretizar ou através da parceria entre o Mercosul e a SADC, ou do Mercosul e da África do Sul.<sup>11</sup>

O interesse na aproximação entre as duas regiões foi reafirmado em fevereiro de 2000 com a visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lamprea, à Cidade do Cabo, onde as conversações acerca da integração econômica foram retomadas. Assim,



observa-se que o interesse na aproximação com a África do Sul mantêm-se, sendo este um país que passou a ser considerado uma das prioridades para a política externa brasileira no continente africano na década de 1990.

## Notas Bibliográficas:

<sup>1</sup> A União Sul-Africana nasceu em 1910, da federação das antigas colônias do Cabo e de Natal e dos ex-Estados independentes de Orange e Transvaal, então colônias britânicas. Através de um referendo a União Sul-Africana transformou-se em república em 1960, quando passou a denominar-se República da África do Sul. Em 1961, desligou-se da Commonwealth Britânica, assumindo para si a soberania plena e totalmente desvinculada da Grã-Bretanha. Neste trabalho os termos União Sul-Africana e República da África do Sul, ou simplesmente África do Sul, equivalem-se, salvo quando houver referência em contrário.

<sup>2</sup> A idéia do *lobby* português foi levantada pelo historiador José Honório Rodrigues no início da década de 1960, em sua obra *Brasil e África. Outro horizonte*. Rodrigues afirmava que “o ambiente favorável (a Portugal) tem sido criado também, independentemente das influências intelectuais e do pensamento político já referido, pela forte pressão que, como grupo de interesses, especialmente comerciais, exerce a colônia nos dois grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo. Basta lembrar que os centros, associações, clubes, casas, etc., de portugueses no Brasil atingem a 105, sendo que 30 em São Paulo e 28 no Estado da Guanabara; como sempre, exercem uma grande atividade política, linha-auxiliar da Embaixada, a favor de seu país, o que nenhum outro grupo estrangeiro exerce, a não ser as atividades subversivas germânicas e japonesas antes da guerra e logo reprimidas. Sabe-se a pressão econômica que a colônia, como grupo de pressão e de interesse, exerce no Brasil”. Mais além, em nota de pé de página, o próprio José Honório Rodrigues afirma: “Não há nenhum estudo específico sobre isso, mas é um tema que merecia exame”. Continua merecendo. Ver: RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. *Brasil e África. Outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 316.

<sup>3</sup> Cf. SARAIVA, JOSÉ FLÁVIO SOMBRA. *O lugar da África – a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 122.

<sup>4</sup> Denomina-se o arquivo do Rio de Janeiro como Arquivo Histórico do Itamaraty. O de Brasília é designado como Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. De acordo com o RISE/1987 (Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores) “o acervo de documentos datados a partir de 1970 será guardado no Setor de Arquivo Permanente em Brasília e o anterior àquela data, no Setor de Arquivo Histórico no Rio de Janeiro, sob a orientação e coordenação da Seção de Arquivo Histórico”. Embora haja tal determinação, o acervo documental do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores contém documentos de natureza sigilosa, os quais remontam aos anos 1930, mas com ênfase de 1949 em diante. Da mesma forma, a documentação ostensiva, a partir de 1959/1960, encontra-se em Brasília. Sobre o RISE, ver: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MRE - Serviço Exterior e Organização Básica. Brasília: SEMOR/MRE, 1987. Sobre a pesquisa nos arquivos do Itamaraty, ver também: PENNA FILHO, PIO. “A Pesquisa Histórica no Itamaraty”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 42, No. 2, 1999, p.117-144.

<sup>5</sup> João Neves da Fontoura defendia uma estreita vinculação do Brasil com Portugal. Ao escrever artigo publicado no *Jornal O Globo*, afirmou que “a política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política com os pais e irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras. Sem tratados. Sem compensações. Pela força do sangue”. *O Globo*, 10 de junho 1957, p.13. Apud RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.312. Citado também em SARAIVA, JOSÉ FLÁVIO SOMBRA. *O lugar da África - a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 54.

<sup>6</sup> CPDOC/FGV- Arquivo Negrão de Lima NL/59.12.04. adPo.

<sup>7</sup> A viagem do Ministro transcorreu entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972. Foram os seguintes os países visitados: Camarões, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire (atual República Democrática do Congo).

<sup>8</sup> O Brasil geralmente é visto como sendo o primeiro país a reconhecer a República Popular de Angola. Contudo, segundo afirma Sérgio Vieira, à época assessor do presidente de Moçambique, Samora Machel, os novos governantes de Angola teriam saído de Maputo, capital moçambicana, antes de efetivamente tomarem posse, já com o reconhecimento, por parte daquele país, do novo governo que se instalaria em Luanda. A declaração foi feita em mesa redonda, da qual participou este autor, no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido em Maputo em setembro de 1998.

<sup>9</sup> Cf. RUYTER, THEO. *Apartheid by air*. Amsterdam: Holland Committee on Southern Africa, 1990, p. 3-4.

<sup>10</sup> São membros da SADC: Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

<sup>11</sup> Ver: BROEKMAN, DAVID O . “A South Atlantic Rim Association: from a notion to a reality?”. *UNISA Latin American Report*. 14 (2) July-December, 1998, p.4-20. STAHL, H. “Prospects for co-operation between SADC and Latin American trade blocs.” *UNISA Latin American Report*. 14 (2) July-December, 1998, p.21-27.